

Brasil, um país com energia

O excepcional comportamento da economia brasileira na primeira metade da década de 70 (taxa média anual de crescimento de 10,1% no período 1970/75) não foi suficiente para impedir a crise iniciada com o primeiro choque do petróleo em 1974, ampliada em 1979 pela segunda grande alta desse produto, e agravada pela crise do sistema financeiro internacional em 1981.

O modelo de crescimento adotado pelo País vem sendo criticado por alguns setores econômicos e segmentos da sociedade, pelo seu caráter concentrador e pelos resultados adversos observados, especialmente nos últimos quatro anos.

Desde a década de 70 a economia brasileira se defronta com três problemas básicos: redução da dependência externa, controle da inflação e substituição de energia. Na verdade, ao longo do tempo, a ordem de prioridade desses objetivos foi sendo modificada em função da gravidade do problema e os resultados alcançados pelos programas governamentais. Ainda mais, há uma importante interdependência entre eles, de tal sorte que o comportamento desfavorável de um deles pode comprometer significativamente os resultados dos demais.

A análise retrospectiva dos fatores causais da crise confirma esse caráter de interdependência e destaca a importância da contribuição dos fatores exógenos. Nesse sentido, convém ressaltar que até 1973, portanto antes do primeiro choque do petróleo, o preço do barril de petróleo importado era de 2 dólares e meio, aumentando quatro vezes (US\$ 10,5) em apenas 12 meses. A participação relativa desse produto no total das importações era, em 1973, de aproximadamente 10%. A partir de 1979, com o segundo choque, o preço do petróleo importado chega a aumentar cerca de 17 vezes, atingindo 34 dólares o barril em 1981. Nestas condições, a sua participação na pauta das importações aumenta significativamente, estando hoje em cerca de 50%.

Convém apresentar duas ressalvas a essas indicações. De um lado, o fato de que parcelas razoáveis do produto já estão sendo reexportadas (cerca de 30% do equivalente à importação); e de outro, a redução do nível de referência, no caso as importações, que desde 1980 vêm sendo diminuídas (dos US\$ 22,96 bilhões registrados em 1980 caem para cerca de US\$ 14,0 bilhões em 1984).

A elevação substancial nos preços do petróleo afetou duplamente os países em desenvolvimento, diretamente, pelo prejuízo causado no Balanço de Pagamentos, e, indiretamente, pela redução da capacidade de importação dos parceiros comerciais. Como decorrência natural desse processo tem-se o agravamento da dívida externa desses países. No caso brasileiro, passa-se de uma dívida líquida de US\$ 6,2 bilhões (dívida bruta de US\$ 12,6 bilhões) em 1973 para uma dívida de US\$ 53,9 bilhões em 1981 (dívida bruta de US\$ 61,4 bilhões).

Segundo-se ao segundo choque do petróleo, a economia mundial vê-se às voltas com o terceiro importante fator de agravamento: a crise do sistema financeiro. A taxa de juros internacional que em 1978 era praticada ao nível de 7% atinge em 1980 o nível de 21%. Como consequência, as despesas de juros, na conta de serviços, passa de US\$ 2,5 bilhões de dólares em 1978, para US\$ 9,2 bilhões em 1981, e cerca de US\$ 12 bilhões em 1983. A relação serviços da dívida/exportações passa de 64% em 1978 para 97% em 1982.

NESTAS condições, as saídas para a crise são limitadas, e dependem de definições políticas para a solução de alguns dos problemas externos, e que estão na raiz, e/ou interligados, às questões sociais internas. De outro lado, deve-se questionar o modelo de crescimento adotado até aqui, para que se promovam os ajustes necessários e eventuais correções de rumos. Convém ressaltar, no entanto, e com vistas a subsidiar esse processo de avaliação, que alguns resultados positivos dessa opção começam a se manifestar, sugerindo que uma análise mais criteriosa não pode ser feita com base em observações de curto prazo, num período em que a maioria dos grandes projetos não apresentaram maturação plena. A sensibilidade política e social indica que o momento é de reversão dos investimentos em direção às funções sociais do Estado.

Face à crise advinda com a alta dos preços em 1974 da fonte básica de energia do mundo, o petróleo, duas opções se ofereciam aos países em desenvolvimento não exportadores de petróleo: reduzir drasticamente o consumo e conseqüentemente a importação de petróleo e derivados, provocando uma desastrosa recessão econômica no País, ou manter o crescimento econômico, através da captação de poupança externa, favorecida pelas disponibilidades de petrodólares, investindo-se em projetos de substituição de energia e outros de substituição de importação (insumos básicos e bens de capital).

Na ocasião, a opção pela segunda alternativa se justificava pois vivia-se o período do "milagre" econômico (taxa inédita de crescimento de 14% em 1973). O crescimento acelerado da economia, baseado na industrialização, especialmente na indústria de base, não permitia que se provocasse uma retração desse processo, pelas conseqüências traumáticas que acarretaria à economia e à sociedade.

A decisão política de manter o ritmo de crescimento da economia do País encontrou suporte em outro fator, este de natureza externa, qual seja, a disponibilidade de crédito no mercado financeiro internacional, a preços extremamente baixos, que viabilizam, via poupança externa, o aumento das importações e dos

Em 1983, o Brasil produziu 77,8% do total da energia que consumiu e as perspectivas para os próximos anos são mais otimistas ainda, apesar da crise mundial do petróleo e do endividamento externo.



investimentos, definidos como básicos para a consecução desse objetivo, e pela oportunidade que se oferecia para se "queimar" etapas no processo de desenvolvimento econômico.

A conjunção desses fatores levou a economia brasileira a manter um crescimento acelerado durante a década de 70, com o PIB crescendo a uma média de 8,6% a.a., o que representa um crescimento per capita da ordem de 6% a.a.

O crescimento da economia brasileira sustentou-se no investimento na indústria pesada, notadamente nos setores siderúrgicos e de construção civil, destacando-se neste último a construção de hidrelétricas. O crescente investimento em geração e distribuição de energia hidrelétrica, além de constituir-se em um sustentáculo da política de emprego e desenvolvimento, representou um significativo aumento da oferta interna de energia. Durante a década, os investimentos neste setor cresceram 193,2% (dados obtidos no "Boletim de Planejamento" da Eletrobrás, DPE-Dez/83) taxa média de 11,4% a.a., superior, portanto, à taxa de

O crescimento da economia brasileira sustentou-se no investimento na indústria pesada, notadamente nos setores siderúrgicos e de construção civil.

crescimento do PIB no mesmo período (8,6% a.a.). Como consequência, a produção de energia elétrica, proveniente em sua quase totalidade dos recursos hídricos, cresceu 229,8%, passando de 39.081 a 128.907 GWh no período (dados do "Balanço Energético Nacional" do Ministério das Minas e Energia e do "Balanço Petrolífero" da Petrobrás). A participação da energia elétrica no total consumido no País da energia de fontes primárias passa de 19% em 1973 para 29% em 1983, substituindo em larga escala o petróleo.

Note-se, porém, que os resultados das medidas de ajustamento aos novos preços relativos do petróleo não se verificam imediatamente. O crescimento da demanda de petróleo passa de 25.062 x

10⁹ tEP em 1970, para 54.318 x 10⁹ tEP em 1980 (taxa média anual de 8% a.a.), reduzindo-se em 1982 para 52.029 x 10⁹ tEP (dados do "Balanço Energético Nacional" do Ministério das Minas e Energia). Nesse período observa-se um aumento das importações de petróleo, especialmente até o ano de 1979, enquanto que a produção doméstica mantinha-se estável em torno dos 171 mil barris/dia.

Somente a partir de 1980 começam a aparecer os sintomas de reversão dessas tendências. As importações começam a cair vertiginosamente, enquanto a produção doméstica ganha um acento inédito. Além do aumento da produção doméstica, dois outros importantes fatores concorrem para explicar a redução das importações de petróleo, a diminuição de consumo e a substituição desse produto por fontes alternativas. No que se refere à redução/racionalização do consumo, segundo o Balanço Petrolífero da Petrobrás... (1977/85), o consumo aparente (importação mais produção doméstica menos exportações) reduziu-se de 1.076 mil de barris/dia em 1980 para 925 em 1984, significando uma queda de 14% em quatro anos.

Relativamente à substituição de petróleo e derivados, os dados da participação relativa das fontes primárias no consumo total de energia do período 1973/83 (obtidos do Balanço Energético do Ministério de Minas e Energia, 1984) confirmam a substancial redução do petróleo e a ampliação de fontes alternativas, em especial da energia hidráulica. A participação relativa de petróleo cai de 42,8% em 1973 para 33,6% em 1983, enquanto que a de energia hidráulica e a de cana-de-açúcar eleva-se de, respectivamente, 19,0 e 8,0% em 1973 para 28,8 e 12,4% em 1983; ou seja, verifica-se uma inversão da posição entre o petróleo e essas duas fontes alternativas (somadas representam mais de 40% em 1983).

O aumento da importância da energia elétrica se verifica em maiores proporções no consumo residencial (passa de 16,3% em 1973 para 33,9% em 1983) e no consumo industrial (passa de 31,8% em 1973 para 44,8% em 1982).

No primeiro caso a sua ampliação se dá em substituição primordialmente à lenha, que passa de 71,6% (1973) para 50,8% (1983); e, no caso do consumo industrial, o ganho da importância da energia elétrica praticamente se deve à substituição do óleo combustível (passa de 30,2% em 1973 para 15,9% em 1982).

Quanto ao álcool, aumentos significativos de consumo são observados no setor transportes; cresce cerca de 15 vezes entre 1973 e 1983, fazendo com que a sua participação relativa passe de 1,3% para 14,0% nos anos referidos.

O óleo diesel passa a liderar as fontes de energia (eleva-se de 33,0% para 45,2% em 1983), embora sua taxa de

crescimento no período seja significativamente inferior à do álcool (índice em 1983, com base em 1973, de 189,4% contra 1.532,2% do álcool).

Esses fatores todos contribuíram para que diminísse a dependência externa de energia do País. Em 1973 produziu-se cerca de 65,8% da energia consumida, e em 1983 a produção doméstica passa a ser responsável por 77,8% desse total. As perspectivas para os próximos anos são de que os resultados favoráveis, que começaram a ser observados em início dessa década, sejam ampliados. A substituição do consumo de petróleo, no entanto, encontra algumas limitações. Não se trata de restrições de oferta de fontes alternativas, haja vista que o setor hidrelétrico, por exemplo, registra níveis de ociosidade em sua capacidade produtiva. O problema consiste em superar certas dificuldades tecnológicas de adaptação em alguns casos, e, naqueles passíveis de substituição, superar alguns aspectos de natureza econômica. Isto porque existe no Brasil, hoje, um parque industrial instalado, calcado em plantas e tecnologia que prevêem o uso do petróleo como fonte de energia básica. A substituição dessas plantas implica em investimentos vultosos, não disponíveis, no momento, no setor privado e, muito menos, no setor público.

A recuperaçao da economia passa necessariamente pela utilização dessa capacidade ociosa, que utiliza petróleo, e não pela substituição das plantas industriais, com outra tecnologia e fontes de energia alternativas. Essa solução não deve ser descartada para uma política de longo prazo, mas, no curto prazo, a saída para a retomada do crescimento é o uso intensivo da capacidade instalada, eliminando-se a ociosidade, o que, em última análise, constitui-se em fator bastante favorável, pois prescinde de novos aportes de poupanças escassos face à recessão econômica.

Em favor dessa perspectiva otimista concorrem mais dois fatores, já referidos: a queda nos preços do petróleo e o aumento da produção doméstica. Mas, o problema da economia brasileira nesta década não se centra exclusivamente na questão do petróleo. O endividamento externo e o serviço desta dívida constituem-se hoje, talvez, no principal entrave ao crescimento econômico e social do País. O tratamento político dessas questões é fundamental para que haja condições financeiras e econômicas para o atendimento das necessidades sociais de grandes parcelas da população brasileira, ainda não devidamente incorporadas nesse processo de crescimento.

MIGUEL COLASUONNO

Presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo.